


O Discurso de negação da educação escolar da extrema-direita nas redes sociais do Brasil: uma análise à luz da arqueologia de Michel Foucault

Alves, Haroldo dos Santos  ¹

Carlos, Erenildo João  ²

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados parciais da dissertação ainda em processo de desenvolvimento no âmbito do mestrado em Educação, vinculada à Linha 5 – Estudos Culturais da Educação da Universidade Federal da Paraíba. A investigação tem como objeto o discurso de negação da educação escolar promovido pela extrema-direita nas redes sociais do Brasil, com base na Análise Arqueológica do Discurso (AAD) de Michel Foucault. O objetivo é compreender as condições de organização da ordem do discurso, suas materialidades e os efeitos produzidos sobre a cultura escolar e as subjetividades. O *corpus* empírico inclui projetos de lei com viés ideológico, apresentados entre os anos de 2018 e 2025, bem como publicações em redes sociais digitais (X/Twitter e Facebook) de figuras políticas associadas à extrema-direita. A análise evidencia a constituição de uma ordem discursiva articulada por sujeitos políticos e grupos ideológicos, cuja principal ferramenta de disseminação é o uso estratégico das plataformas digitais. Os resultados parciais revelam uma articulação entre práticas discursivas e a instrumentalização das redes sociais como características distintivas da nova direita mundial, diferenciando-a de movimentos autoritários do passado, como o nazifascismo. Conclui-se que a escola pública tem se tornado alvo preferencial de um projeto político-cultural de caráter antidemocrático, sustentado por discursos que negam a ciência, a diversidade e os direitos humanos.

Palavras-chave: análise arqueológica do discurso; negacionismo; educação escolar.

The discourse of denial of school education by the far right on brazilian social media: an analysis in light of Michel Foucault's archaeology

¹ Universidade Federal da Paraíba. Mestrando em Educação pela UFPB, como bolsista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), conforme Termo nº 095/2025. Email: haroldosanctus@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4896054270563939>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5282-7471>.

² Universidade Federal da Paraíba. Professor Associado do departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba/Campus I. Email: erenildojc@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3119274144159124>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7272-2748>.

ABSTRACT

This article presents the partial results of a master's dissertation currently in development within the Graduate Program in Education, affiliated with Line 5 – Cultural Studies in Education at the Federal University of Paraíba. The research focuses on the discourse of denial of formal education promoted by the far right on social media in Brazil, grounded in Michel Foucault's Archaeological Discourse Analysis (ADA). The objective is to understand the conditions that organize the order of discourse, its materialities, and the effects produced on school culture and subjectivities. The empirical corpus includes ideologically driven bills proposed between 2018 and 2025, as well as posts from digital social media platforms (X/Twitter and Facebook) by political figures associated with the far right. The analysis highlights the constitution of a discursive order articulated by political actors and ideological groups, whose main tool of dissemination is the strategic use of digital platforms. The partial findings reveal a connection between discursive practices and the instrumentalization of social media as distinctive features of the global new right, setting it apart from past authoritarian movements such as Nazism and fascism. The study concludes that public schools have become a prime target of an anti-democratic political and cultural project sustained by discourses that deny science, diversity, and human rights.

Keywords: archaeological discourse analysis; denialism; school education.

El discurso de negación de la educación escolar de la extrema derecha en las redes sociales de Brasil: un análisis a la luz de la arqueología de Michel Foucault

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados parciales de la tesis aún en proceso de desarrollo en el marco del máster en Educación, vinculado a la Línea 5 - Estudios Culturales de la Educación de la Universidad Federal de Paraíba. La investigación tiene como objeto el discurso de negación de la educación escolar promovido por la extrema derecha en las redes sociales de Brasil, basándose en el Análisis Arqueológico del Discurso (AAD) de Michel Foucault. El objetivo es comprender las condiciones de organización del orden del discurso, sus materialidades y los efectos producidos sobre la cultura escolar y las subjetividades. El corpus empírico incluye proyectos de ley con sesgo ideológico, presentados entre los años 2018 y 2025, así como publicaciones en redes sociales digitales (X/Twitter y Facebook) de figuras políticas asociadas a la extrema derecha. El análisis evidencia la constitución de un orden discursivo articulado por sujetos políticos y grupos ideológicos, cuya principal herramienta

de difusión es el uso estratégico de las plataformas digitales. Los resultados parciales revelan una articulación entre las prácticas discursivas y la instrumentalización de las redes sociales como características distintivas de la nueva derecha mundial, diferenciándola de movimientos autoritarios del pasado, como el nazifascismo. Se concluye que la escuela pública se ha convertido en el blanco preferido de un proyecto político-cultural de carácter antidemocrático, sustentado por discursos que niegan la ciencia, la diversidad y los derechos humanos.

Palabras clave: análisis arqueológico del discurso; negacionismo; educación escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do processo de escrita da dissertação de Mestrado, ainda em andamento, filiado à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, e tem como objeto a análise do discurso de negação da educação escolar promovida pela extrema-direita nas redes sociais do Brasil. Vale destacar que os resultados, análise e descrição das fontes consultadas ainda estão em andamento, mas serão apresentadas aqui as discussões teórico-metodológicas, bem como o processo de escavação das fontes e os achados parcialmente encontrados. Esses achados, ainda que parciais, oferecem indícios significativos sobre as principais pautas e estratégias discursivas utilizadas por setores da extrema-direita. Dada a complexidade do fenômeno em questão, é imprescindível apresentar a abordagem teórico-metodológica que fundamenta esta pesquisa: a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), conforme delineada por Michel Foucault, especialmente em sua obra *A Arqueologia do Saber* (2008). Para isso, é essencial entender o conceito de “discurso” nessa perspectiva, analisando alguns de seus fundamentos.

A discussão se inicia pela etimologia do termo “arqueologia”, cuja adoção por Foucault, na década de 1960, não se refere diretamente à arqueologia tradicional. Entretanto, pode-se traçar analogias entre ambas, principalmente no que diz respeito ao ato investigativo de escavação. A arqueologia como disciplina científica, segundo Funari (2003), dedica-se ao exame das sociedades humanas por meio de vestígios materiais – como ferramentas, edificações e sepulturas – com o objetivo de compreender as formas de vida, cultura e organização social ao longo da história. Diferentemente da História, que se baseia primariamente em fontes escritas, a

arqueologia investiga períodos e comunidades que não deixaram registros textuais, focando na análise da cultura material (Cunha, 2013).

A arqueologia foucaultiana concentra-se no discurso: não nos fatos históricos em si, mas nas maneiras pelas quais certos saberes surgem, estruturam-se e tornam-se possíveis em determinados contextos históricos. Foucault direciona seu interesse para as condições que permitem a emergência dos enunciados em um espaço-tempo específico, afastando-se das origens ou intenções subjetivas dos autores. Assim como a arqueologia científica examina camadas do solo, a arqueologia do discurso explora camadas de saberes e práticas discursivas.

Deleuze (2005) observa que a abordagem foucaultiana busca uma “positivação dos saberes”, ou seja, visa explicitar as regras formativas que tornam os enunciados viáveis ao invés de interpretar ou buscar significados ocultos. Foucault (2008) ressalta que o discurso deve ser analisado em sua materialidade e nas condições específicas sob as quais aparece; suas formas de sucessão e regularidades são igualmente relevantes. Nesse contexto, ele afirma: “O discurso não é aquilo que traduz uma luta ou um sistema de dominação; é por meio dele que se luta” (Foucault, 2008, p. 191).

A fase arqueológica do pensamento de Foucault – como parte essencial da fundamentação teórica desta pesquisa – abrange as décadas de 1950 e 1960 e inclui obras, como História da Loucura (1961), Nascimento da Clínica (1963), As Palavras e as Coisas (1966) e A Arqueologia do Saber (1969). Nesses trabalhos, Foucault analisa os regimes de saber ao focar nas condições históricas para a emergência dos discursos e nos sistemas regulatórios que os governam.

Neste contexto (da Arqueologia), insere-se esta pesquisa, cujo objetivo principal é analisar como o discurso negacionista acerca da educação escolar pela extrema-direita se forma e se propaga nas redes sociais por meio de práticas discursivas específicas, envolvendo saberes diversos, estratégias retóricas e mecanismos de poder. A escolha pela AAD justifica-se pela sua capacidade de captar as regras operacionais do discurso, enquanto se afasta das interpretações³. Conforme afirmam Alcântara e Carlos (2013, p. 60), trata-se de uma metodologia que elimina “toda subjetividade”, favorecendo apenas a descrição das ordens enunciativas.

³ Sobre a questão de a interpretação não figurar como uma estratégia de análise da AAD, sugerimos a leitura o texto de Alcântara; Leal (2024). Nesse texto os autores explicitam algumas razões que levaram Foucault a afastar a interpretação da AAD.

Com base nessas premissas, formulou-se a seguinte questão-problema: que ordem discursiva caracteriza o negacionismo educacional promovido pela extrema-direita nas redes sociais do Brasil? A partir dessa indagação, definem-se os objetivos. Objetivo Geral: Analisar como se configura e se dissemina, nas redes sociais, o discurso negacionista sobre a educação escolar promovido pela extrema-direita. Quanto aos Objetivos Específicos, temos: i) Mapear os principais discursos e práticas discursivas; ii) Investigar como esses discursos interagem com outras formações discursivas sociais, políticas e culturais, para criar um campo de desvalorização da educação; iii) Examinar os mecanismos de saber-poder que sustentam esses discursos, considerando algoritmos digitais e os interlocutores envolvidos; iv) Compreender os efeitos destes discursos sobre as subjetividades contemporâneas no contexto educacional.

Adotando a Análise Arqueológica do Discurso, reconhece-se o discurso como um conjunto estruturado capaz de produzir saberes condicionantes das formas específicas tanto da linguagem quanto das ações humanas. Para Foucault (2008, p. 204), o saber é visto como um “[...] conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar”. Essa perspectiva permite considerar os discursos da extrema-direita como artefatos culturais inseridos em práticas críticas cujas escavações revelam seus modos operacionais.

Dessa forma, o referencial teórico que guia toda a reflexão deste estudo está assentado na Análise Arqueológica Discurso – AAD, cujo foco está na linguagem. Essa abordagem é devidamente sistematizada por Silva e Carlos (2024, p. 3):

[...] Ao descrevê-la assim, notam-se, pelo menos, três aspectos fundamentais da AAD: o primeiro, frisemos, é que ela é uma abordagem, ou seja, uma maneira específica de tratar o objetodiscurso; o segundo, que a maneira de Foucault conhecer o objetodiscurso é analítica, vez que se ocupa em adentrar os elementos e relações próprias constituintes do objeto investigado; o terceiro, que o procedimento de análise, empreendido pela AAD, toma, como ponto de partida de suas escavações, ‘as performances verbais’, ou seja, o que é dito e o modo de dizer a respeito de algo, seja no âmbito da escrita ou da fala [...].

O livro *Arqueologia do Saber* (2008), escrito por Michel Foucault, será nossa fonte primária. O que justifica a presença do termo como um dos constituintes (no caso, o teórico) na formulação do núcleo deste objeto de

pesquisa, assim descrito: “o discurso negacionista da educação escolar da extrema direita”. Portanto, este estudo se sustenta na concepção de discurso enquanto prática constitutiva da realidade social, considerando-o como elemento central na disputa por sentidos no campo educacional contemporâneo. A Análise Arqueológica do Discurso será, assim, o instrumento teórico-metodológico mobilizado para escavar, descrever e compreender a lógica de funcionamento dos enunciados negacionistas produzidos pela extrema-direita, com atenção especial às condições de possibilidade de sua emergência e disseminação nas redes digitais.

A escolha desse tema fundamenta-se em três motivos principais. Primeiro, minha experiência como professor na rede privada de ensino tem revelado um aumento preocupante de comportamentos violentos, misóginos e racistas entre estudantes, frequentemente associados a símbolos nazistas e fascistas. Esses comportamentos são usados como formas de coerção contra professores e como uma forma de marcar território no ambiente escolar.

Em segundo lugar, destaca-se a relevância social e política da educação escolar na construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária. No entanto, observa-se uma crescente disseminação de discursos de ódio e desvalorização da escola, promovidos, principalmente, nas redes sociais por grupos de extrema direita e, mais recentemente, corroborado pelas “big techs”, como *Twitter* (atual “X”), *Meta* (*Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*) ao flexibilizar as diretrizes de segurança e compartilhamento de notícias falsas, representando uma séria ameaça a esses valores fundamentais.

Em terceiro lugar, justifica-se no fato de que um dos objetos de investigação do campo dos estudos culturais da educação se encontra, precisamente, no reconhecimento de que o discurso é um elemento constituinte da cultura contemporânea. O que faz com que ele seja visto como algo que merece ser investigado, analisado, compreendido, de modo que, seja qual for a modalidade discursiva abordada, possamos desnudar seus mecanismos, produção e efeitos sobre os indivíduos, as instituições sociais, as instâncias do Estado, os governos, as redes sociais, enfim, a sociedade.

Com efeito, a análise do discurso de diferentes modalidades discursivas, a exemplo da ordem discursiva da extrema direita, torna-se imprescindível, pois permite compreender os fatores que contribuem para a ascensão do extremismo nas redes sociais e seus ataques à educação escolar. Tais discursos não apenas deslegitimam a escola enquanto espaço de formação crítica e cidadã, mas também fomentam um ambiente de violência simbólica e, por vezes, física, contra educadores e estudantes.

A pesquisa se justifica, ainda, pela necessidade de contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais e sociais que possam enfrentar, de forma eficaz, os desafios impostos por esses discursos, assim como para os estudos culturais e pesquisas analítico-arqueológicas do discurso. Ao mapear e analisar essas práticas discursivas, espera-se fornecer subsídios teóricos e práticos para a elaboração de estratégias que promovam uma educação que resista à desvalorização e à violência, reafirmando seu papel central na formação de uma sociedade democrática e plural.

De modo geral, o estudo visa não apenas a uma contribuição acadêmica, mas também a um impacto social relevante, oferecendo uma compreensão crítica das dinâmicas discursivas que ameaçam a educação e propondo caminhos para sua valorização e proteção no contexto atual.

Educação escolar e o negacionismo da extrema-direita

A educação, enquanto prática social e histórica, assume múltiplas formas e dimensões. Ao longo da história, diferentes sociedades estruturam diversos modos de organizar a transmissão, a produção e a apropriação do conhecimento. Dentre essas formas, destaca-se a educação escolar, que constitui uma modalidade específica de educação formal, sistemática e institucionalizada, distinta das formas de educação não escolar, informal e não formal. É importante destacar que o objetivo do presente estudo não é realizar uma discussão pedagógica sobre o conceito de educação, mas, sim, compartilhar alguns pressupostos importantes para a compreensão da educação enquanto categoria de análise.

Em se tratando, especificamente, da educação escolar, podemos entender que é aquela que ocorre no espaço institucional da escola e tem, como objetivo principal, a formação sistemática dos sujeitos por meio da apropriação do saber historicamente acumulado. Segundo Libâneo (1990, p. 24):

A educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligado intimamente às demais práticas sociais. Pela educação escolar democratizam-se os conhecimentos, sendo na escola que os trabalhadores continuam tendo a oportunidade de prover escolarização formal aos seus filhos, adquirindo conhecimentos científicos e formando a capacidade de pensar criticamente os problemas e desafios postos pela realidade social.

Trata-se de uma prática pedagógica intencional, regida por diretrizes curriculares, orientações legais e objetivos educativos definidos pelo Estado e pela sociedade. Nesse sentido, difere das demais formas de educação por seu caráter formal, estruturado e contínuo. Para compreender o conceito de educação escolar, é necessário partir de uma concepção mais ampla de educação. A educação pode ser entendida como um fenômeno cultural e social que envolve processos de socialização, formação de hábitos, valores, saberes e comportamentos.

Segundo Brandão (2007. O grifo é meu), a educação se manifesta de forma plural: há uma educação que se dá na vida cotidiana (educação informal), outra que ocorre em espaços organizados, mas fora do sistema escolar (educação não formal) e, por fim, aquela que é sistematizada, hierarquizada e regulamentada — a educação escolar.

Nos últimos anos, a onda de discursos de extrema direita nas plataformas de mídia social impactou profundamente a percepção pública sobre a educação no Brasil, frequentemente caracterizada por narrativas que negam ou minam a legitimidade da educação formal, desafiando, assim, os ideais e políticas educacionais estabelecidos. Essas narrativas *online* frequentemente empregam estratégias retóricas que enfatizam o ceticismo em relação à educação institucional, enquadrando-a como uma ferramenta de controle social ou manipulação ideológica e são amplificadas pelo alcance generalizado das mídias digitais, que facilitam a rápida disseminação e o reforço de tais mensagens.

A estratégia da extrema-direita para negar a educação escolar está intrinsecamente ligada à sua concepção do discurso em sala de aula como um campo de batalha para influência ideológica, onde expressões políticas que divergem de sua visão de mundo são rapidamente rotuladas como “doutrinação”. Essa narrativa é sistematicamente propagada por meio de canais digitais, alavancando linhas diretas e plataformas dedicadas que incentivam alunos e pais a vigiarem e denunciarem professores suspeitos de introduzir “doutrinação de esquerda” em suas aulas. Tais táticas não apenas fomentam um clima de suspeita e autocensura entre educadores, mas também confundem os limites entre conteúdo educacional legítimo e acusações politicamente motivadas, minando, assim, a confiança na educação pública.

O termo “negacionismo” refere-se à recusa deliberada de aceitar verdades históricas e científicas amplamente comprovadas, substituindo-as por versões distorcidas ou falsas. Historicamente, o negacionismo surgiu com mais notoriedade no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente com os movimentos que buscavam negar o Holocausto judeu. Lipstadt (2017) alerta

que, mais do que uma simples negação factual, esses discursos visam reconfigurar a memória coletiva, desresponsabilizar agentes históricos e reabilitar ideologias autoritárias.

No contexto brasileiro, o negacionismo tem se alastrado em múltiplas frentes: na história (com a relativização da ditadura militar), na ciência (com a negação da pandemia de COVID-19 e das mudanças climáticas) e na educação (com ataques ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas). Em todos esses casos, percebe-se a instrumentalização política do negacionismo como prática discursiva, voltada à produção de verdades convenientes aos grupos que ocupam ou aspiram ao poder.

A relação entre negacionismo e extrema-direita não é casual, mas estrutural. Como mostram Traverso (2021) e Safatle (2022), a extrema-direita contemporânea – herdeira do fascismo clássico, mas adaptada às novas tecnologias e subjetividades – busca minar os consensos democráticos em torno dos direitos humanos, da ciência e da educação pública. Nesse sentido, o negacionismo emerge como ferramenta para corroer o espaço público de debate racional e plural.

O caso brasileiro, particularmente no governo Bolsonaro (2019–2022), ilustra esse movimento com clareza. O Ministério da Educação foi palco de sucessivas tentativas de esvaziamento de políticas educacionais progressistas, cortes em pesquisas científicas e revisionismo histórico, especialmente no que se refere à escravidão, à ditadura militar e aos direitos das minorias (Gomes, 2021).

A educação escolar ocupa lugar central na luta entre diferentes projetos de sociedade. Conforme afirma Apple (2003), o currículo não é neutro, mas o resultado de disputas políticas, culturais e econômicas. A tentativa da extrema-direita de capturar o espaço escolar visa controlar a formação dos sujeitos, impedindo a construção de uma consciência crítica e democrática. O negacionismo, nesse sentido, atua como uma estratégia para silenciar saberes dissidentes, desvalorizar a docência e desarticular políticas de inclusão e diversidade. Ao negar o racismo estrutural, a ditadura, os direitos indígenas ou a violência de gênero, pretende-se construir um “novo senso comum” que reforce a lógica neoliberal, patriarcal e colonial.

Autores como Paulo Freire (1996) são frequentemente atacados por esses grupos, justamente por sua proposta de uma educação libertadora, dialógica e comprometida com a transformação social. A demonização de Freire não é apenas simbólica, mas material, pois respalda ações concretas de censura, intimidação docente e precarização do trabalho pedagógico.

Anotações preliminares sobre a extrema direita

A extrema direita é um fenômeno que tem se expandido globalmente desde o pós-Segunda Guerra Mundial. O renomado cientista político Cas Mudde (2021) tem se dedicado ao estudo deste tema desde os anos 1980 e delineou três etapas distintas na evolução desses grupos: inicialmente caracterizados como neofascistas nas décadas pós-guerra, evoluíram para a direita extremista nos anos 1980 e, posteriormente, passaram a ser chamados de direita radical na década de 1990, quando começaram a se associar ao populismo, culminando, recentemente, na designação de extrema-direita. Mudde (2021) argumenta que a principal distinção da extrema direita contemporânea em relação às suas predecessoras é sua integração e legitimidade dentro dos sistemas políticos atuais.

Enquanto os movimentos neofascistas do pós-guerra careciam de influência política significativa, a extrema-direita atual tem se capitalizado politicamente, especialmente após crises globais, como os atentados de 11 de setembro de 2001, a recessão de 2008 e a crise dos refugiados de 2015. Essas crises delinearão as principais agendas da extrema direita mundial, que incluem imigração, segurança, corrupção e política externa.

Esta introdução proporciona um pano de fundo para explorar dois conceitos fundamentais que ajudam a elucidar a emergência de grupos extremistas no âmbito da educação brasileira. O primeiro conceito é o neoconservadorismo, descrito por Lima e Hipólito (2019) como uma valorização do passado em detrimento do presente, buscando preservar tradições culturais. Tais grupos buscam manter o status quo através da exaltação de elementos culturais e simbólicos, como religião, patriotismo e a família. O segundo conceito a ser abordado é a negação da educação básica, manifestada através de projetos e discursos que atacam espaços de debate e reflexão crítica sobre o conhecimento. Nesse contexto, a atuação da extrema direita revela uma tensão entre dois polos: a tradição, representada por valores como religião e família, e o conhecimento, que se associa à modernidade e à crítica.

É crucial ressaltar que, embora existam pautas comuns entre diversos movimentos de extrema direita ao redor do mundo, suas manifestações são heterogêneas e variam de acordo com as especificidades históricas e culturais de cada país. Portanto, é mais apropriado referir-se a esse fenômeno no plural: extremas-direitas. A partir da intersecção desses conceitos, buscamos compreender o atual estado da educação no Brasil, onde os ataques a instituições escolares se intensificaram, juntamente com iniciativas, como a

militarização das escolas, o movimento Escola Sem Partido, *homeschooling*, entre outros, que se destacam por suas pautas de negação à ciência e pela tentativa de desmantelar o papel crítico da educação na formação de cidadãos autônomos.

Refletir sobre a educação contemporânea sem considerar o avanço da extrema direita no cenário político nacional e internacional é uma falha significativa. O fenômeno do “Bolsonarismo” exemplifica uma agenda de ataques ideológicos e violentos contra as escolas brasileiras. Estamos diante de uma diversidade de grupos políticos que travam uma guerra ideológica, antidemocrática e misógina. No livro “Tambores à Distância: viagem ao centro da extrema direita mundial”, o jornalista Joe Mulhal (2020) revela que, segundo uma pesquisa de 2019, conduzida por Stella Schaller e Alexander Carius, dois terços dos deputados europeus populistas de direita votaram contra medidas para atenuar as mudanças climáticas, demonstrando a conexão entre a extrema direita e a negação de questões científicas.

Além disso, o autor menciona Donald Trump como um exemplo de líder da extrema direita, que promoveu uma agenda de hostilidade contra minorias. O Bolsonarismo no Brasil, por sua vez, inspira-se na extrema-direita internacional, especialmente em modelos americanos, incorporando elementos do trumpismo para moldar uma nova realidade política. Casarões (2022, p. 8) destaca que o reacionarismo brasileiro contemporâneo é fortemente influenciado por ideias e estratégias internacionalizadas, caracterizando o bolsonarismo como um movimento transnacional.

A extrema direita divide-se em dois grupos principais: a direita radical, que, de certo modo, aceita os princípios democráticos, e a direita ultraradical, que os rejeita. A direita radical populista pode apoiar a democracia, mas se opõe a valores e instituições da democracia liberal, como os direitos das minorias e a separação dos poderes (Mudde, 2022, p.44). O Bolsonarismo, segundo Guilherme Casarões (2022), representa a expressão mais consolidada da extrema direita no Brasil, destacando a pluralidade de movimentos que existiram no país desde os anos 1920, como o Integralismo e outros grupos autoritários. Casarões enfatiza que o integralismo, uma ideologia de inspiração fascista, ainda exerce influência sobre movimentos contemporâneos.

Talvez possamos interpretar que o Bolsonarismo atualmente dialoga entre as categorias da direita radical e ultraradical, tensionando constantemente as instituições democráticas, principalmente diante das acusações de golpe de estado e demandas por intervenção militar, mesclando uma agenda golpista com nativismo, autoritarismo e populismo. Mudde (2019)

explica que o nativismo envolve a ideia de que apenas os membros “verdadeiros” de uma comunidade merecem direitos plenos, destacando-se, no Brasil, como nacionalismo religioso e anticomunismo. A ascensão da extrema direita no Brasil, personificada pelo Bolsonarismo, combina esses elementos, promovendo uma ideologia que fortalece grupos políticos, como os neoconservadores, geralmente representados por líderes religiosos e a bancada evangélica. A educação, como um processo histórico contínuo, deve ser compreendida no contexto do fortalecimento dos neoconservadores, que emergiram fortemente durante a Guerra Fria. Estamos nos referindo à disputa de poder entre duas grandes nações, como Estados Unidos e União Soviética, tentando influenciar, politicamente, economicamente e culturalmente, o maior número de países, com o objetivo de captar aliados.

No contexto dos Estados Unidos, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, o país estava disputando a Guerra do Vietnã, passando por uma forte crise econômica, além do constante medo do socialismo e de outros grupos minoritários, como LGBTs, Híppies e feministas. Segundo Lima e Hippolito (2019), “vários autores apontam que o movimento neoconservador surgiu no período após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente nos Estados Unidos, em torno dos anos de 1960 e 1970”. Foi nesse cenário que o Neoconservadorismo surgiu com muita força, sendo liderado, principalmente, por grupos religiosos e uma elite branca. Ainda com base em Lima e Hippolito (2019), “muitos americanos viram a crise econômica dos anos de 1970 como consequência da “degeneração social” resultante da corrupção de Watergate, do New Deal, da Grande Sociedade, dos movimentos sociais e das transformações dos anos de 1960 [...]”.

Além do movimento neoconservador, é importante destacar também que, no mesmo período, estavam ocorrendo importantes transformações na economia mundial, principalmente com a queda da União Soviética e o fortalecimento do capitalismo. Nos Estados Unidos, com a tentativa fracassada de uma política de bem-estar social (New Deal), ocorre o fortalecimento do Neoliberalismo, tendo o Estado como o principal alvo de críticas da população. Segundo Lima e Hippolito (2019), os “Neoliberais constituem a liderança da Nova Direita e representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado”. Sendo assim, encontramos aqui o ponto em comum entre neoconservadores e neoliberais, a crítica ao Estado. Para Moll (2015 *apud* Lima; Hippolito, 2019, p. 56):

Portanto, neoconservadores entendiam, assim como os neoliberais, que era preciso “reduzir os gastos governamentais; aumentar a taxa de juros; desregular a economia; e

instituir um sistema tributário regressivo”. O segundo problema referia-se à interferência do Estado na economia e no provimento de programas sociais, o que gerava a busca por uma igualdade que, na perspectiva neoconservadora, era perversa. Outra crítica em relação à intervenção do Estado era que, desta forma, retirava-se da família, da igreja e da comunidade a responsabilidade pelo bem-estar social, pois para os neoconservadores esses segmentos sociais devem ser os verdadeiros responsáveis pela harmonia social.

No contexto da educação brasileira, Saviani (2021) explica que as transformações Neoliberais na economia dos países latino-americanos provocam um sentimento de fracasso da escola pública. Segundo o autor:

[...] o discurso de fracasso da escola pública, justifica sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado[...] (Saviani, 2021, p. 428).

A escola a partir da economia Neoliberal tem novas funções que diferem do antigo liberalismo. Conforme Olsen, ambos podem ser diferenciados da seguinte maneira:

Enquanto o liberalismo clássico representa uma concepção negativa do poder do Estado no sentido de que o indivíduo era considerado como objeto a ser libertado das intervenções do Estado, o neoliberalismo passa a representar uma concepção positiva do papel do Estado na criação do mercado adequado, fornecendo as condições, leis e instituições necessárias para o seu funcionamento. No liberalismo clássico, o indivíduo é caracterizado como tendo uma natureza humana autônoma, e podendo praticar a liberdade. No neoliberalismo, o Estado procura criar um indivíduo que é um empresário empreendedor e competitivo [...] (Olsen, 1996, *apud* Apple, 2015, p. 617).

Antes, os sujeitos priorizavam a liberdade e o livre mercado em detrimento do Estado. Hoje, as escolas têm a função de formar novos empreendedores que sejam competitivos no mercado de trabalho, onde o Estado tem o papel de formar capital humano individual. Segundo Saviani (2021, p. 430):

Nesse novo contexto não se trata mais da iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento visando a assegurar, nas escolas, a preparação da mão de obra para ocupar postos de trabalho definidos num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá de exercer sua

capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis.

Esta análise evidencia a mudança de foco na educação sob a influência do neoliberalismo, que transforma a escola em um instrumento de formação de indivíduos adaptados às exigências do mercado, em vez de cidadãos críticos e autônomos. Seguindo a onda neoliberal de críticas ao Estado, também são fortalecidas as pautas dos grupos neoconservadores. No caso do Brasil, esses grupos têm como principais características, além do neoliberalismo, fundamentalismo religioso e o anticomunismo. A maior prova disso foi a criação do movimento Escola Sem Partido, organizado por Olavo de Carvalho, e a tentativa de regulamentação do *homeschooling* como modalidade de ensino, durante o governo Bolsonaro. Os autores Lima e Hippolito definem o movimento Escola Sem Partido da seguinte maneira:

O ESP, como definido em suas próprias fontes, é uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” e “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”. O objetivo do grupo é barrar “um exército organizado de militantes travestidos de professores [que] prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. Tal movimento foi fundado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib (Lima; Hippolito, 2019, p. 10).

Esses movimentos demonstram a carga ideológica presente na extrema direita, alimentando discursos de ódio, principalmente contra negros, homossexuais, indígenas, etc. Ou seja: entende-se aqui que não é possível avançar na discussão sobre a extrema direita sem fazer as devidas relações com pautas raciais e/ou de gênero. Conforme argumentam Lima e Hippolito (2019, p. 10), “[...] a questão da ideologia de gênero não era a bandeira inicial do Escola Sem Partido, mas tal movimento viu nesta defesa uma oportunidade, o que lhe rendeu “aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar [...]”.

Do tradicionalismo à metapolítica: o papel das redes sociais na nova direita mundial

A extrema direita não se manifesta de forma homogênea em todos os países, mas há movimentos e matrizes ideológicas que ajudam a entender sua origem e desenvolvimento. O tradicionalismo, frequentemente ligado ao neoconservadorismo, é uma dessas bases. Benjamin Raphael Teitelbaum (2020) analisa a ascensão da extrema-direita sob a perspectiva do tradicionalismo, que critica a modernidade e propõe um retorno a valores considerados eternos e universais. Segundo Teitelbaum (2020, p. 19-20), os tradicionalistas:

[...] afirmam se opor à modernidade. Embora tendam a pensar em moderno como aquilo que é novo ou atualizado, eles se referem à modernidade da mesma forma que um historiador ou cientista social o faria, tanto como método de organização da vida social quanto como um período de tempo em que esse método veio a predominar na Europa e no mundo europeizado, o que equivale a dizer de 1800 em diante. De forma geral, pode-se afirmar que a modernização envolve o recuo da religião pública em favor da razão, o que corresponde a um enfraquecimento do simbólico em favor do literal e a um interesse decrescente em coisas que não são facilmente matematizadas e quantificadas - espírito, emoções, sobrenatural - em favor das chamadas coisas materiais. [...]Enfim, a modernização centra-se na crença de que, por meio da inovação humana, podemos chegar a um mundo melhor do que temos. Os tradicionalistas aspiram a ser tudo que a modernidade não é - comungar com o que eles acreditam serem verdades e estilos de vida transcendentais e atemporais, em vez de buscar o “progresso”. [...] Consequentemente, esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha [...].

Os tradicionalistas se opõem à modernidade, buscando restaurar pilares, como protecionismo econômico e religiosidade. Teitelbaum destaca figuras, como Steve Bannon e Aleksandr Dugin, que influenciam a extrema-direita contemporânea. Bannon, ao fundar a Cambridge Analytica, coletou dados para moldar campanhas políticas, estabelecendo uma estratégia de metapolítica que busca alterar a cultura para criar oportunidades políticas por meio de plataformas digitais. Para Teitelbaum (2020, p. 62), os métodos da metapolítica consistem em:

[...] A estratégia envolve fazer campanha não por meio da política, mas por meio da cultura - das artes, do entretenimento, do intelectualismo, da religião e da educação. É nessas esferas que os nossos valores são formados, não na cabine de votação. Quem conseguir alterar a cultura de uma sociedade terá criado uma oportunidade política para si mesmo. Se não conseguir, não terá chance.

Essa abordagem revela como a extrema-direita utiliza as redes sociais para legitimar seus discursos, impactando a formação de subjetividades e o pensamento crítico na sociedade contemporânea. Analisar essas relações é fundamental para compreender a influência da tecnologia na socialização e na educação, especialmente em um contexto no qual a extrema direita se torna cada vez mais proeminente.

Essa articulação é fundamental para analisar como discursos ganham força e legitimidade em espaços virtuais, especialmente com a ascensão de movimentos políticos de extrema-direita. Compreender essas relações aprofunda a reflexão sobre como as redes sociais reconfiguram a socialização, a aprendizagem e a disputa simbólica, influenciando diretamente a constituição de subjetividades e a formação do pensamento crítico.

É preciso compreender as dinâmicas de estruturação e operação das redes sociais digitais, bem como as articulações entre educação, metapolítica, extrema-direita, redes sociais e estudos culturais no processo de formação discursiva contemporânea.

Diante dessas questões, o professor orientador sugeriu, na fase inicial do trabalho, um levantamento de produções acadêmicas sobre negacionismo, extrema-direita, educação e redes sociais. A busca foi realizada no Google Acadêmico, com os seguintes critérios: 1. recorte temporal de 2018 a 2024, abrangendo a ascensão da extrema-direita no Brasil, especialmente no governo Bolsonaro; 2. palavras-chave: “negacionismo da educação escolar”, “extrema-direita” e “redes sociais”.

Os resultados foram organizados por relevância (número de citações e pertinência temática), e 7 artigos foram selecionados para leitura aprofundada. Esses textos foram divididos em dois grupos: Grupo 1 – Negacionismo da educação promovido pela extrema-direita; Grupo 2 – Redes sociais e extrema-direita. A análise (em andamento) foca na relevância para o objeto de pesquisa, buscando identificar como os conceitos da dissertação são discutidos e apropriados no campo acadêmico.

Aspectos teórico-metodológicos da escavação das fontes

Cada constituinte do objeto de pesquisa funciona como instrumento de busca que proporcionará um conjunto de saberes específicos a serem utilizados em distintos momentos da pesquisa, da análise e descrição do objeto. No caso específico das fontes, já se sabe que elas dizem respeito à extrema direita, seja no seu aparecimento enquanto postagens e publicações realizadas pelos perfis de figuras políticas nas plataformas das redes sociais X e Facebook, seja quanto à tentativa ou à aprovação de projetos de lei que propaguem o discurso negacionista. Após o mapeamento das fontes, procederemos, inicialmente, com a leitura dos projetos de lei, a fim de decidir qual será o ponto de partida da análise, cuja escolha é definida pelo grau de relevância, ou *status* em relação às demais. Escolhida a fonte, outras poderão ser incorporadas ao *corpus* da pesquisa.

Tendo em vista a análise e a descrição de nosso objeto de pesquisa, realizaremos a leitura aprofundada das fontes que serão classificadas em dois grupos: 1) Fontes reitoras: Documentos oficiais (projetos de lei); 2) Fontes derivadas: Publicações em redes sociais (*Twitter/X*, *Facebook*) dos políticos alinhados à extrema direita e de autores dos projetos de lei (2018-2024). Entende-se aqui como projeto de lei uma proposição legislativa apresentada por parlamentares, comissões, chefes do Poder Executivo ou outras entidades autorizadas, com o objetivo de instituir, alterar ou revogar normas jurídicas de caráter geral e abstrato no ordenamento jurídico. Sua tramitação obedece a um rito específico, previsto nos regimentos internos das Casas Legislativas e na Constituição Federal.

De acordo com Silva (2019), o projeto de lei representa um dos instrumentos fundamentais da atividade legislativa, pois é por meio dele que se formalizam as intenções políticas em normas jurídicas com força de lei. Nesse sentido, ele constitui uma etapa essencial do processo legislativo, cujo desfecho pode resultar na sanção ou veto por parte do chefe do Executivo, ou ainda na promulgação legislativa, a depender do contexto institucional.

Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Brasil, 2023), os projetos de lei podem ser de iniciativa parlamentar, do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público ou de cidadãos, conforme os limites estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (art. 61). Esses projetos devem passar por comissões temáticas, votação em plenário e, em caso de aprovação, seguem para o Senado e, posteriormente, para a sanção presidencial.

A ordenação das fontes nesta pesquisa não se dará de forma aleatória. Pelo contrário, obedece a um critério metodológico que visa mapear elementos fundamentais para a compreensão do processo de construção e disseminação do discurso da extrema-direita brasileira em determinados círculos sociais. Nesse sentido, optou-se por iniciar a análise pelos documentos oficiais, como projetos de lei, decretos e proposições legislativas. Tal escolha busca identificar os sujeitos enunciadoreis centrais desse discurso, aqui denominados de protagonistas.

A utilização do termo *protagonista* deu-se, unicamente, para fins didáticos, para melhor situar o(a) leitor (a) no processo de organização das fontes. O citado termo foi inspirado na lógica das produções cinematográficas. A metáfora visa destacar aqueles que assumem posições de visibilidade e liderança na atuação e difusão dos discursos negacionistas promovidos pela extrema-direita. São eles que encarnam, articulam e vocalizam as pautas ideológicas desses grupos, tanto nas redes sociais quanto nas arenas políticas institucionais. Entre os protagonistas mapeados nesta pesquisa, destacam-se os deputados federais, os sujeitos políticos, que, em diversos momentos, agiram como catalisadores dessas narrativas, instrumentalizando-as por meio de proposições normativas e estratégias discursivas nas redes.

Contudo, assim como em uma produção cinematográfica, os protagonistas não atuam sozinhos. Eles integram uma engrenagem discursiva, composta por diferentes sujeitos e dispositivos que sustentam, produzem e amplificam essas narrativas. Nesse ponto, é possível destacar a figura dos roteiristas, os quais são responsáveis por elaborar pronunciamentos, acionar saberes, forjar argumentos e construir enredos que dialoguem com determinadas parcelas da população. Os roteiristas podem ser identificados, por exemplo, em grupos ideológicos, institutos conservadores, influenciadores digitais e formadores de opinião que operam na base da produção de sentido.

Além dos roteiristas, há também os dispositivos de circulação, aqui representados pelas mídias de divulgação, que exercem papel fundamental na propagação das mensagens. Estes dispositivos incluem desde as redes sociais (*Facebook, X*) até mídias alternativas e veículos de comunicação que alinham suas agendas às pautas conservadoras e reacionárias. A atuação dessas mídias é crucial para alcançar o público-alvo, que se constitui como o último vértice do processo, sendo, ao mesmo tempo, receptor e agente de retroalimentação do discurso.

Para fins práticos, no tocante ao que denomino de metaverso discursivo da extrema-direita, pode ser lembrada a construção de um filme (ou espaço paralelo), com uma produção sistematizada de atuação e organização, mas, na

maioria das vezes, inspirada em um universo conspiracionista e imaginário. Segundo Lira (2022) e Silva (2022), o termo foi empregado inicialmente por Neal Stephenson em um romance de ficção científica. O livro de Stephenson, *Snow Crash*, está estruturado em um ambiente virtual no qual os indivíduos, ao escaparem de uma realidade distópica, poderiam realizar desejos e fantasias (Lira, 2022, p. 105).

No contexto do chamado Metaverso da Extrema-Direita, observam-se interações entre ficção e realidade, com ampla atuação nas redes sociais e plataformas digitais, como jogos (exemplo: *Roblox*) e *streamings* (exemplo: Brasil Paralelo), criando e recriando narrativas que podem se refletir em projetos de lei, intenções de voto do eleitorado e novas práticas culturais. Um dos exemplos emblemáticos foi a chamada Cartilha Escola Sem Homofobia, que, após uma série de publicações de notícias falsas, foi apelidado de Kit Gay, sendo utilizada durante a campanha do candidato Jair Bolsonaro, como uma forma de doutrinação de incentivo à homossexualidade nas escolas. Após esse episódio, diversos projetos de lei vieram à tona, tendo como alvo o que eles chamam de doutrinação ideológica.

Para fins de sistematização analítica, propõe-se a organização desse metaverso discursivo da extrema-direita por meio de um quadrilátero composto por quatro categorias interdependentes: roteiristas (Grupos Ideológicos), protagonistas (deputados, *influencers*, governadores), mídias de divulgação (redes sociais) e público-alvo (população). Posteriormente, esse quadrilátero será utilizado na quarta seção, no momento da análise e da descrição dos enunciados, correlacionando com o diagrama do signo enunciativo, proposto por Carlos (Figura 1).

Do ponto de vista metodológico, a escolha pelas materialidades discursivas incide, em um primeiro momento, sobre os projetos de lei; seguindo, posteriormente, para análise e descrição dos perfis e postagens nas redes sociais *X (Twitter)* e *Facebook*. A escolha dessas plataformas ocorreu a partir do número de usuários, sendo as redes sociais mais acessadas no Brasil, juntamente com *Instagram* e *YouTube*. Outro elemento que motivou a escolha foram as recentes mudanças nas políticas de privacidade que permitiram a coleta de dados dos usuários para alimentar os sistemas de Inteligência Virtual. Por exemplo, o Item 2.1 da política de privacidade do *X (Twitter)* traz a seguinte cláusula: *Podemos usar as informações que coletamos e informações disponíveis publicamente para ajudar a treinar nosso aprendizado de máquina ou modelos de inteligência artificial para os fins descritos nesta política (X, 2024)*. Ou seja, entende-se que essas informações podem alimentar outros bancos de dados para influenciar opiniões ou até mesmo engajar campanhas

políticas, servindo de estratégia para o que o etnólogo estadunidense Benjamim T. Teitelbaum chamou de Metapolítica.

Foi realizada uma investigação complementar por meio da plataforma *Pinpoint*, desenvolvida pelo *Google*, que permitiu a comparação entre as políticas de privacidade das redes sociais *Meta* (que abrange o *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*) e *X* (antigo *Twitter*), considerando as mudanças ocorridas em suas diretrizes de privacidade nos últimos anos. Essa comparação contribuiu também como parâmetro para definir o *corpus* da pesquisa no momento de selecionar os textos que farão parte da análise. Segundo Jardim *et al.* (2022, p. 3), política de privacidade se define como:

[...] o conjunto de normas que regula o uso de dados pessoais pelas empresas de tecnologia. Através delas, os usuários dos serviços digitais podem avaliar e julgar como seus dados pessoais são tratados e, a partir de tal julgamento, decidir se aceitam as regras impostas no contrato. Dessa maneira, políticas de privacidade devem determinar quais dados do usuário são coletados, de que forma, por qual motivo, como são armazenados e por quanto tempo. Os documentos ainda devem informar se os dados são compartilhados com terceiros e se o usuário e a empresa/governo podem alterar suas opções de concordância a qualquer momento.

As mudanças implementadas nas políticas de privacidade dessas plataformas tiveram, como principal objetivo, a ampliação da coleta de dados dos usuários para fins de treinamento de sistemas de inteligência artificial. A rede *X* realizou essas alterações a partir de 15 de novembro de 2024. Já a *Meta* tem seguido a mesma trajetória, tanto no que se refere à coleta de dados quanto na desativação do Programa de Verificação de Fatos – mecanismo que tinha por finalidade mitigar a circulação de notícias falsas e desinformação nas plataformas.

Essas modificações indicam uma postura cada vez menos transparente dessas empresas no que se refere à coleta, ao uso e ao compartilhamento de dados pessoais. Além disso, evidenciam um alinhamento crescente com determinados grupos políticos, com pouca ou nenhuma preocupação em relação à manipulação e à instrumentalização das informações veiculadas nas redes sociais.

Segundo a Revista *Forbes* (2023), o Brasil é o terceiro país com o maior número de acesso às redes sociais no mundo, e o primeiro na América Latina, contabilizando 144,0 milhões de identidades de usuários ativos de mídia social

no Brasil (Datareportal, 2024), sendo que as plataformas *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *X*, juntas, representam a maior parte dos usuários (Tabela 2).

Tabela 1: Quantidade de usuários das redes sociais Meta e X no Brasil

Plataforma	Número de Usuários
Facebook	111,3 milhões
Instagram	134,6 milhões
X (Twitter)	22,13 milhões
Total	268,200 milhões de contas

Fonte: Datareportal (2024)

Diante disso, deveriam observar os preceitos da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a qual estabelece diretrizes sobre o tratamento de dados pessoais, com o intuito de garantir os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e à proteção dos dados dos cidadãos brasileiros. De acordo com essa legislação, os serviços digitais, como aplicativos e sites, devem obter de forma clara o consentimento de seus usuários para a coleta e o uso de seus dados.

Com base nas informações descritas acima, destaca-se o artigo “O uso de dados pessoais pelo Twitter: big techs, a formação de bolhas sociais e a submissão política da sociedade ao colonialismo de dados”, de autoria de Gabriel Pedro Moreira Damasceno *et al.* (2022). O estudo analisa a formação de bolhas sociais na plataforma *Twitter*, relacionando-as aos conceitos de colonialismo de dados e capitalismo de vigilância. A análise baseia-se nos termos de serviço e nas políticas de privacidade do *Twitter*, bem como na revisão bibliográfica, que aborda os conceitos de colonialismo, colonialidade, capitalismo de vigilância e colonialismo de dados.

Os autores demonstram que a personalização de conteúdo na plataforma, mediada pelo tratamento de dados pessoais, leva à formação de bolhas sociais, nas quais os usuários são expostos, majoritariamente, a informações que reforcem suas convicções prévias. Essa prática limita o contato com visões divergentes, favorecendo o pensamento homogêneo e o reforço ideológico. A coleta de dados realizada pela empresa – como endereço IP, tipo de navegador, localização geográfica e termos de busca – é essencial para viabilizar essa personalização.

O artigo argumenta que tal prática configura o chamado capitalismo de vigilância, no qual os dados pessoais são convertidos em mercadoria. Segundo Damasceno (2022, *apud* Shaw, 2017), o capitalismo de vigilância pode ser

descrito como “o ato de empacotar dados pessoais e informações comportamentais dos usuários e vendê-los a anunciantes, consistente na prática do tratamento de informações pessoais de forma comercial.”

Além disso, o texto apresenta o conceito de colonialismo de dados, entendido como um processo no qual grandes empresas de tecnologia exercem poder e controle sobre os usuários, reproduzindo relações de dominação semelhantes às estruturas do colonialismo tradicional. A análise crítica da política de privacidade do Twitter revela que, embora a empresa afirme garantir o livre acesso aos dados, omite ou suaviza aspectos relacionados à finalidade, à adequação e à necessidade do tratamento dessas informações, criando uma ilusão de benefício ao usuário, enquanto lucra com sua comercialização.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) é mencionada no artigo como um possível instrumento regulador capaz de mitigar os abusos relacionados à privacidade. No entanto, os autores destacam que a linguagem ambígua e tendenciosa empregada pela plataforma busca minimizar as preocupações dos usuários em relação ao uso de seus dados. O artigo conclui que, embora as políticas do Twitter não sejam explicitamente formuladas para gerar bolhas sociais, acabam por contribuir ativamente para sua formação, reforçando, assim, tanto o capitalismo de vigilância quanto o colonialismo de dados.

Escavação das fontes reitoras

A Análise Arqueológica do Discurso (Foucault, 2008) parte da premissa de que o discurso não é meramente o que se diz, mas um conjunto de práticas que sistematicamente formam os objetos dos quais falam. Assim, os projetos de lei são compreendidos como enunciados materiais nos quais se inscrevem práticas de poder e saber da extrema-direita, funcionando como registros que nos permitem rastrear seus sujeitos, seus signos e seus modos de enunciação. Silva e Carlos (2024, p. 60) descrevem o discurso-enunciado:

[...] ao se dizer discurso na perspectiva da AAD, diz-se enunciado, a partir do entendimento de que ele é algo singular (discurso enunciado), definido pelo par relação-função e pelo conjunto dos quatro elementos que o constituem, a saber: referencialidade, posição de sujeito, domínio associado e materialidade. Em síntese, pelo exposto, entenda-se a noção de discurso como sendo constituída “[...] por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto

Ihes podemos atribuir modalidades particulares de existência [...] (Foucault, 2008, p. 122).

A seguir, na Figura 1, um diagrama com a ilustração do quadrilátero do signo enunciativo (Silva; Carlos, 2024), o qual será utilizado como parâmetro para a análise e a descrição da ordem do discurso.

Figura 1: Diagrama do Signo Enunciativo



Fonte: Elaboração própria.

A estratégia analítica, portanto, inverte a lógica tradicional da análise de discursos políticos. Em vez de partir do sujeito para o discurso, parte-se dos discursos materiais para a identificação de seus possíveis autores, ou seja, dos sujeitos que os enunciam. Essa abordagem permite não apenas compreender como o discurso é produzido e legitimado, mas também descrever os signos que o compõem e analisar como estes reverberam em plataformas digitais, gerando engajamento, mobilização e reforço ideológico.

A primeira etapa do levantamento documental realizado por meio de consultas aos sites da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>) e do mecanismo de busca *Google*. Foram utilizadas as palavras-chave “negacionismo” e “educação escolar”, acrescidas do sintagma “doutrinação”, por se entender que este último constitui um constituinte temático recorrente na construção discursiva analisada. A noção de “doutrinação” é sistematicamente propagada em canais digitais vinculados à extrema-direita, os quais promovem plataformas e linhas diretas de denúncia, incentivando alunos e responsáveis a vigiar e reportar professores suspeitos de introduzir suposta “doutrinação de esquerda” em sala de aula.

Os projetos de lei foram selecionados com base em sua relevância para o objeto da pesquisa, considerando o período compreendido entre os anos de

2018 e 2025. Após a triagem, cada projeto foi analisado detalhadamente, com o objetivo de realizar o mapeamento dos signos discursivos predominantes e a identificação de seus respectivos autores, como etapa preparatória para a posterior análise qualitativa e sistematização dos resultados obtidos.

Na primeira busca no site da Câmara dos Deputados, usando as palavras-chave “Negacionismo+educação escolar”, foram encontrados dois Projetos de Lei, sendo apenas um relevante para a pesquisa. O PL proposto pela deputada Ana Paula Lima, do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, propõe a criação do Pacto Nacional pela Paz e Segurança nas escolas e creches do Brasil, tendo como objetivo a redução da violência nas escolas (Imagem 1).

Figura 2: Print da busca no site da Câmara dos Deputados

The screenshot shows a search interface on the website of the Câmara dos Deputados. The search bar contains the text "negacionismo educação escolar" and a green "BUSCAR" button. Below the search bar, there are filters for "Refine sua busca", including "Tipo de Proposição: PL", "Em tramitação", "Ano", "Tipo de proposta", "Situação", "Autor/Coautor", "Partido do autor/coautor", and "UF do autor/coautor". The search results are displayed in a list format, showing two results. The first result is PL 1925/2023, proposed by Ana Paula Lima (PT/SC), with the title "Propõe a Criação do Pacto Nacional pela Paz e Segurança nas escolas e creches no Brasil". The second result is PL 2736/2020, proposed by Reginaldo Lopes (PT/MG), with the title "Suspende o Exame Nacional do Ensino Médio no período de duração da situação de restrição à locomoção provocado pela pandemia da Covid-19".

Fonte: <https://www.camara.leg.br/>.

Na segunda busca pelas palavras-chave “doutrinação educação escolar”, foram encontrados 96 resultados e selecionados 10 PLs que estão em tramitação no Congresso. A seguir, uma tabela-resumo desses projetos, indicando número/ano, autor, Estado, situação no Congresso, resumo e o resultado da consulta popular disponível no site (com as opções: Concordo

totalmente, concordo na maior parte, Estou indeciso, Discordo na maior parte, Discordo totalmente).

Tabela 2: Resumo dos Projetos de Lei com pautas extremistas tramitando no congresso

Projeto De Lei	Autor/Estado	Situação	Resumo	Resultado da votação
PL 2653/2025	Evair Vieira de Melo - PP/ES	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Educação (CE)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para assegurar a transparência dos conteúdos pedagógicos utilizados em sala de aula.	Sem registro de voto
PL 4771/2024	Cabo Gilberto Silva - PL/PB	Apensado ao PL 2539/2021 - Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Educação (CE)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, nos currículos do ensino fundamental e médio, o ensino sobre os males do socialismo e comunismo.	100% Discordo Totalmente (4 votos)
PL 4259/2023	Gustavo Gayer - PL/GO	Apensado ao PL 10997/2018 - Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Doutrinação nas Escolas.	Sem registro de voto
PL 3252/2023	Gustavo Gayer - PL/GO	Apensado ao PL 258/2019 - Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência	Dispõe sobre a modificação da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9.394/96 para não considerar infração administrativa o professor que não	75% Discordo totalmente (3 votos); 25% Concordo

		Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	lecionar matéria que seja contrária às suas convicções morais ou religiosas.	Totalmente (1 voto)
PL 5082/2023	Capitão Alden – PL/BA	Apensado ao PL 1170/2023 - Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para proibir os profissionais da educação de se utilizarem de sua autoridade e influência em ambiente escolar para praticar ideologias político-partidárias e outras apologias.	100% Discordo Totalmente (2 votos)
PL 198/2023	Kim Kataguirí – UNIÃO/SP, Rodrigo Valadares – UNIÃO/SE	Apensado ao PL 173/2021 - Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)	Altera a Lei 9.394, de 1996 (Lei de diretrizes e bases na educação) para proibir linguagem neutra no âmbito da educação básica	91% Concordo totalmente (471 votos); 9% Discordo Totalmente (46 votos)
PL 9957/2018	Jhonatan de Jesus – PRB/RR	Apensado ao PL 7180/2014 - Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola.	Sem registro de voto
PL 246/2019	Bia Kicis –PSL/DF, Chris Tonietto – PSL/RJ, Carla Zambelli – PSL/SP e outros	Apensado ao PL 867/2015 – Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência	Institui o "Programa Escola sem Partido"	94% Concordo Totalmente (504 votos); 5% Discordo



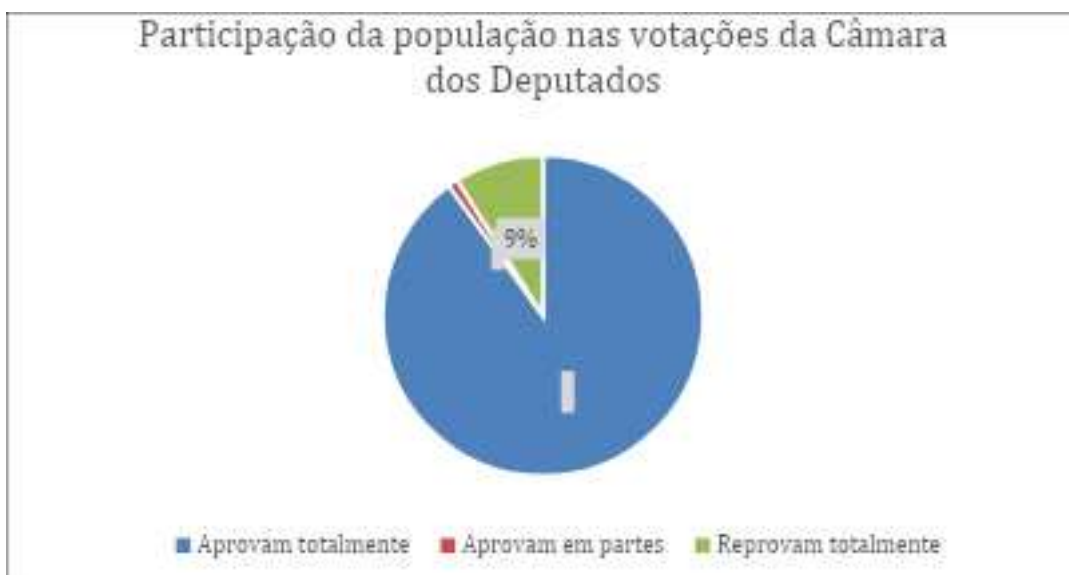
		Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)		Totalmente (29 votos)
PL 10659/2018	Delegado Waldir – PSL/GO	Apensado ao PL 1859/2015 – Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas .	57,58% Concordam (19 votos); 42,42% Discordam (14 votos)
PL 2539/2021	Guiga Peixoto – PSL/SP	Apensado ao PL 3055/2011 – Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Educação (CE)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o conteúdo sobre riscos de regimes comunistas e totalitários	57% Concordam plenamente (4 votos); 14% Concordam maior parte (1 voto); 29% Discordam totalmente (2 votos)
PL 1239/2019	Pastor Sargento Isidório - AVANTE/BA	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)	Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valoração	75% Discordam totalmente (5 votos); 15% concordam totalmente (1voto)

			da IDEOLOGIA DE GÊNERO	
--	--	--	------------------------	--

Fonte: Câmara.leg.

Apesar de a pesquisa não ter o foco na análise estatística dos dados, no entanto, essas informações contribuem para entender o cenário político brasileiro e a participação da população nos debates sobre educação em espaços públicos de decisão, como a Assembleia dos Deputados. A análise detalhada será abordada na quarta seção, mas, de imediato, já se observa baixa participação da população, especialmente dos profissionais da educação, nas decisões da câmara. Até 27 de julho de 2025, 1106 pessoas votaram nos 10 projetos mencionados: 1000 concordaram totalmente, 1, parcialmente, e 105 discordaram totalmente, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Participação dos eleitores nos Projetos de Lei da Câmara



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se um significativo engajamento de apoiadores da extrema-direita em torno dos projetos de lei em tramitação na plataforma da Câmara dos Deputados, especialmente aqueles relacionados à temática educacional. Como etapa seguinte da pesquisa, propõe-se a análise das publicações nas redes sociais dos autores desses projetos, com o objetivo de compreender a dinâmica discursiva do negacionismo promovido por setores da extrema-direita. Essa etapa buscará, ainda, evidenciar o papel desempenhado pelas Big Techs na difusão e na sustentação dessas narrativas no ecossistema

digital brasileiro, considerando a centralidade dessas plataformas na mediação do debate público contemporâneo.

A partir deste ponto, é possível identificar alguns feixes de relação fundamentais para o direcionamento da presente pesquisa. Em outras palavras, evidencia-se a necessidade urgente de compreender as dinâmicas pelas quais as redes sociais digitais se estruturam e operam, bem como as articulações existentes entre negacionismo, educação, metapolítica, extrema-direita, redes sociais, cultura no processo de formação discursiva contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas até o momento evidenciam a emergência de uma ordem discursiva articulada por setores da extrema-direita brasileira, cuja atuação nas redes sociais tem operado como dispositivo estratégico para a disseminação de narrativas negacionistas sobre a educação escolar. A partir da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), entende-se que será possível identificar e explicitar a prática discursiva negacionista que produz tais narrativas, intimamente articuladas à projetos de lei com viés ideológico e à postagens digitais de parlamentares, estruturando um campo discursivo sustentado por saberes específicos e práticas metapolíticas.

O mapeamento dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional entre os anos de 2018 e 2025, especialmente aqueles que abordam temas como “doutrinação ideológica”, revela a tentativa sistemática de deslegitimar o papel do professor da escola pública e de desautorizar o trabalho docente por meio da criminalização simbólica da prática educativa. Observa-se, nesse sentido, a instrumentalização da retórica da “neutralidade” como estratégia discursiva central para desqualificar abordagens pedagógicas críticas, inclusivas e democráticas.

O trabalho argumenta também sobre o papel das redes sociais, como instrumentos constitutivos da atual política da extrema direita, demonstrando como as Big Techs utilizam dados dos usuários com o objetivo de criar uma ordem discursiva, bem como influenciar a opinião da população para disseminar ideias extremistas e eleger seus candidatos. A exemplo da *Meta* e do *X (Twitter)*, que modificaram recentemente suas políticas de privacidade para capturar os dados dos usuários, não deixando clara a utilização desses dados, tema abordado na análise deste estudo.

Tais constatações reforçam a ideia de que estamos diante de uma ofensiva discursiva contra os fundamentos da educação escolar pública, promovida por uma coalizão de interesses entre grupos políticos, religiosos e empresariais, cujas práticas se ancoram no negacionismo, no conservadorismo moral e no neoliberalismo econômico. Como destacam Foucault (2008) e Alcântara e Carlos (2013), o discurso não apenas reflete disputas de poder, mas constitui uma arena em que tais disputas se materializam, reorganizando subjetividades, saberes e práticas institucionais.

Portanto, os dados parciais analisados indicam que a escola pública se encontra no centro de um campo de batalhas simbólicas e políticas que ultrapassam a dimensão pedagógica e atingem os fundamentos democráticos da sociedade. A pesquisa segue em andamento, com a análise do discurso dos Projetos de Lei, das publicações nas redes sociais e seus efeitos sobre a cultura escolar, a fim de aprofundar a compreensão sobre os mecanismos discursivos que estruturam o negacionismo educacional da extrema-direita no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Alcantara, M. A. M.; Carlos, E. J. Análise Arqueológica do Discurso: uma alternativa de investigação na educação de jovens e adultos (eja). **Intersecções: Revista de estudos sobre práticas discursivas e textuais**, Jundiaí, v. 3, n. 11, p. 59-75, nov. 2013. Semestral. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaIntersecoes/article/view/1152>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Alcantara, M. A. M.; Leal, S. B.. A análise arqueológica do discurso e a rejeição ao dispositivo da interpretação. In: Carlos, E. J. (Org.). **Investigações analítico-arqueológicas do discurso: estudos, pesquisas e reflexões**. João Pessoa: Editora CCTA, 2024, p. 81-98.

Apple, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Brandão, C.. **O que é educação**. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/legislacao/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Casarões, G. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy em**

Português, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em:
<https://www.cech.ufscar.br/pt-br/news/imagens/artigo-casaroos-americanizacao-journal-of-democracy-1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Cunha, M. C. Arqueologia. **Enciclopédia Britânica do Brasil**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 2013.

Dallari, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Deleuze, G. **Foucault**. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Dutt, R. P. **Fascism and social revolution: a study of the economics and politics of the extreme stages of capitalism in decay**. 3. ed. rev. New York: International Publishers, 1935.

Ewald, F. **Foucault, a Norma e o Direito**. Lisboa: Vega, 1993.

Foucault, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Funari, P. P. A. **Arqueologia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Gomes, N. L. A política educacional do governo Bolsonaro: ofensiva contra os direitos sociais. *In*: Penna, F.; Cassiano, A. (Orgs.). **Educação contra a barbárie II: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2021.

Libâneo, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

Lima, I. G.; Hypolito, A. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, e190901, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/ij/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Lipstadt, D. E. **Negar o Holocausto: o crescente assalto à verdade e à memória**. São Paulo: Contexto, 2017.

Lira, M. O Príncipe metaverso e a razão: emancipação em tempos de barbárie. **Novos rumos**, v. 59, n. 1, p. 104-130, jan./jun, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2022.v59n1.p104-130>. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/13450/9292>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Martins-fontes, Y. NEOFASCISMO, FORMA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM CRISE: antinacionalista, neoliberal, racista. **Crítica e Sociedade – revista de cultura política**, v. 11, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCS-v11n2-2021-65675>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/65675/34238>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Mudde, C. **The Far-Right Today**. New York: Wiley, 2019.

Mudde, C. **A extrema direita hoje**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

Mulhall, J. **Tambores à distância**: viagem ao centro da extrema direita mundial. São Paulo: Leya Brasil, 2022.

Pacete, L. G. Forbes Brasil. **Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais em todo o mundo**. 09 de março de 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 15 out. 2025.

Quijano, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 58, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

Ramalho, R. **Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada**. Deputado disse que ela é 'feia'; ele responderá por apologia ao crime e injúria.

Defesa nega incitação de outros a estuprar; relator vê desprezo por vítimas. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Ribeiro, G. A metapolítica do bolsonarismo: considerações sobre o modus operandi da extrema-direita brasileira. **Revista Continente**, v. 1, n. 20, p. 71-99, out. 2022. ISSN 2317-8825. DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i20.404>. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/404>. Acesso em: 04 jul. 2025

Safatle, V. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2022.

Saviani, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

Silva, A. Meta mundo: multiverso, realidade virtual, realidade aumentada. In: Amado Suárez, A. **Narrativas digitais**: redes, tendencias y memes. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2022.

Silva, A. C.; Carlos, E. J. Pressupostos teórico-metodológicos da análise arqueológica do discurso – AAD: Escavando a Arqueologia do Saber. **Aufklärung: Journal of Philosophy**, v. 11. N. 3, p.161–176, 2025. Disponível em: [/https://doi.org/10.18012/arf.v11i3.69869](https://doi.org/10.18012/arf.v11i3.69869) Acesso: 20 jul. 2025.

Silva, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

Teitelbaum, Benjamin. **Guerra pela Eternidade: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

Traverso, E. **A nova face do fascismo: ideologia da pós-modernidade**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

Submissão em 03 de agosto de 2025.

Aceite em 25 de setembro de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>